



WWW.ROMI.COM

Relatório da Administração

03 de fevereiro de 2026

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Romi S.A. (“Romi” ou “Companhia”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

Ao longo do ano, o Índice de Confiança do Empresário no setor industrial apresentou uma redução gradual, terminando o ano aos 48,5 pontos, como reflexo das incertezas e manutenção da alta taxa de juros no Brasil. Embora esse resultado demonstre um cenário ligeiramente pessimista de confiança no setor industrial brasileiro, o desempenho atual da indústria, principalmente da indústria de transformação, continua favorável, criando oportunidades de novos negócios para a ROMI.

O cenário externo continua sendo um fator de atenção, com as economias globais enfrentando desafios de crescimento e nas políticas monetárias, assim como ainda existem tensões geopolíticas. Embora o ambiente atual demande cautela, especialmente nas decisões de investimento, a capacidade de adaptação e a busca por alternativas estratégicas ainda geram um otimismo moderado, refletido nas expectativas para os próximos meses.

A subsidiária alemã B+W, no ano de 2025, continuou demonstrando sua capacidade de desenvolver soluções tecnológicas com elevado grau de complexidade e customização. O resultado foi um crescimento de 53,8% na entrada de pedidos, 46,6% no aumento de receita e melhora de 4,1p.p na Margem Operacional (EBIT - Earnings Before Interest and Taxes) em comparação a 2024.

Os últimos anos têm sido marcados por um ambiente de incerteza e alta volatilidade, com grandes desafios em relação à gestão de volume de produção, por exemplo. Diante disso, continuamos implementando medidas com o objetivo de tornar a estrutura mais leve, com uma forma ainda mais ágil e flexível de planejar e produzir, de modo a responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas e na automatização e digitalização dos processos internos.

Estrategicamente, definimos como prioridade o desenvolvimento de novas gerações de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico, alinhadas às necessidades da Indústria 4.0, sendo que os produtos lançados nos últimos anos se consolidaram com muito sucesso nos mercados doméstico e internacional. Focados no futuro, continuamos fortemente investindo no desenvolvimento das próximas gerações de máquinas e de novas tecnologias a serem embarcadas nos nossos produtos. Também lançamos, em meados de 2020, uma solução para os nossos clientes, a locação de máquinas ROMI. Essa solução tem se mostrado altamente competitiva e proporcionado aos clientes mais oportunidades de negócio. Com o objetivo de apoiar financeiramente nossos clientes, em 2022, criamos uma fintech, a PRODZ, que oferece linhas de crédito para a aquisição de máquinas, diretamente com a ROMI, de forma fácil, ágil, digital e descomplicada. A PRODZ realizou, desde 2022, cerca de 496 negócios, totalizando R\$188 milhões em créditos concedidos. Essas novas soluções têm suportado grande número de clientes em suas jornadas de crescimento e sucesso, demonstrando o propósito estratégico da ROMI de cuidar do sucesso de seus clientes.

No mercado externo, continuamos a fortalecer nossas estruturas de atendimento aos clientes, com o propósito de proporcionar uma experiência cada vez mais positiva, acreditando que esse será o caminho para a consolidação e o crescimento internacional sustentável.

Atualmente a Companhia faz parte dos seguintes índices da B3, sendo eles: IGC-NM (Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Tag Along Diferenciado).

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida auferida em 2025 foi de R\$1,3 bilhão, 8,1% superior à registrada em 2024, devido principalmente ao incremento de receita da subsidiária alemã B+W.

Margens

Em 2025, a margem bruta ajustada foi de 27,9%, que refletiu em uma queda de 1,6 pontos percentuais em relação à obtida em 2024, reflexo do menor volume de negócios, combinado ao elevado nível de custo fixo da Unidade Fundidos e Usinados.

A margem operacional ajustada (EBIT) registrada em 2025 foi positiva em 7,0%, apresentando uma queda de 0,6 pontos percentuais em relação a 2024.

Resultado Líquido

O lucro líquido ajustado do ano de 2025 foi R\$93,3 milhões.

2. POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia dispõe de uma Política de Dividendos, que tem por objetivo orientar as propostas de distribuição de lucros da Companhia, a serem efetuadas, pelo Conselho de Administração, à Assembleia Geral. Essa política propõe a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e líquidos de Imposto de Renda na fonte (JSCP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Respeitada a legislação e os Estatutos Sociais da companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JSCP em montante inferior a 33% (trinta e três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

3. INVESTIMENTOS

Ao longo do ano de 2025 foram investidos R\$181,6 milhões, sendo a maior parte deles destinados à automação, manutenção, produtividade, flexibilidade, competitividade das unidades do parque industrial e máquinas de fabricação própria alocadas para o negócio de locação de máquinas, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.



Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025



4. RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Percentual de participação

		31.12.2025			31.12.2024		
		Direta	Indireta	Não Controladores	Direta	Indireta	Não Controladores
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
1.1	Romi Machines UK Ltd.	-	100,00	-	-	100,00	-
1.2	Romi France SAS	-	100,00	-	-	100,00	-
1.3	Romi Máquinas España S.A.	-	100,00	-	-	100,00	-
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100,00	-	-	100,00	-	-
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	-	100,00	-	-	100,00	-
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shangai) Co., Ltd	-	100,00	-	-	100,00	-
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")	93,07	-	6,93	93,07	-	6,93
4.	Romi BW Machine Tools, Ltd.	100,00	-	-	100,00	-	-
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários LTDA. ("Rominor Empreendimentos")	100,00	-	-	100,00	-	-
6.	Irsa Maquinas México S. de R. L. de C.V.	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01
7.	Prodz Administração e Gestão de Bens Ltda	100,00	-	-	100,00	-	-

5. AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

4. ARBITRAGEM

As ações da ROMI encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração



Romi S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
Romi S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Romi S.A. ("Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Controladora e suas controladas ("Companhia" ou "Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Controladora e da Controladora e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Controladora e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Romi S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Teste de redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos imobilizados e intangíveis com vida útil indefinida (Nota 12 e 13).</p> <p>Conforme descrito na Nota 2.12, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria da Companhia realiza anualmente teste de redução ao valor recuperável ("impairment") para Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") que possuem ativos intangíveis de vida útil indefinida e análise da existência de indicadores de redução ao valor recuperável para as UGCs que possuem imobilizados e intangíveis com vida útil definida, e, caso necessário, efetua o teste de <i>impairment</i> a fim de concluir sobre a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável destes ativos.</p> <p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi realizado teste de <i>impairment</i> para a UGC Máquinas Burkhardt+Weber ("B+W") que possui ativo intangível de vida útil indefinida e para a UGC de Fundidos e Usinados, que apresentou indicativos de <i>impairment</i>. A diretoria da Companhia estimou os valores recuperáveis da UGC Máquinas B+W pelo valor em uso e da UGC de Fundidos e Usinados com base no valor justo líquido das despesas de vendas, conforme divulgado nas Notas 12 e 13, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Consideramos este assunto como principal assunto de auditoria pois, além da relevância dos saldos, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da diretoria da</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da existência de indicadores de <i>impairment</i> para todas as UGCs da Companhia. • Confronto das informações e premissas utilizadas nos testes de <i>impairment</i> da UGC Máquinas B+W, quando aplicável, com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. • Com o apoio dos nossos especialistas em avaliações de ativos, para a UGC Máquinas B+W, realizamos testes sobre a razoabilidade dos modelos de cálculo e das premissas significativas utilizadas pela Companhia para o cálculo do valor em uso, bem como efetuamos teste de sensibilidade sobre as premissas. • Com apoio dos nossos especialistas em avaliação de ativos, avaliamos a competência e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia. bem como, realizamos testes sobre a razoabilidade do modelo e das premissas adotados para a avaliação do valor justo líquido das despesas de vendas dos ativos da UGC Fundidos e Usinados.



Romi S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis destas UGCs, e consequentemente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o tema nas notas explicativas. <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria da Companhia para determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis destas UGCs, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas são consistentes com as evidências obtidas.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Romi S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Controladora e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Controladora e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos



Romi S.A.

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Romi S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 3 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Signed by:

Diogo Maros de Carvalho
5F6DF52C28974E0...
Diogo Maros de Carvalho
Contador CRC 1SP248874/O-8

ROMI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	3	220.589	119.073	376.534	262.220	CIRCULANTE		78.930	67.679	129.809	147.148
Aplicações financeiras	3	99.253	50.230	99.567	99.476	Financiamentos	14	156.283	196.847	156.283	196.847
Contas a receber	4.i	93.513	108.446	210.389	209.783	Financiamentos - FINAME fabricante	15	60.985	94.373	73.925	110.420
Contas a receber - Financiamentos PRODZ	4.ii	-	-	67.129	51.476	Fornecedores		30.389	29.909	39.349	38.096
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	174.778	177.517	174.778	177.517	Salários e encargos sociais		5.174	1.296	16.098	10.820
Estoques	6	479.026	478.208	696.508	715.544	Impostos e contribuições a recolher		28.058	32.220	224.972	187.257
Estoque de Máquinas de locação destinadas a venda	7	42.942	22.987	42.942	22.987	Adiantamentos de clientes		4.610	4.797	4.610	4.797
Partes relacionadas	9	24.596	27.728	-	-	Participações a pagar		28.930	17.817	28.930	17.817
Impostos e contribuições a recuperar	10	12.300	8.747	21.821	18.609	Dividendos e juros sobre o capital próprio		7.947	5.921	9.657	5.921
Outros créditos		14.299	9.616	25.380	18.454	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	12.914	13.994	46.481	42.016
						Outras contas a pagar		12.709	9.178	-	-
						Partes relacionadas	9				
								426.929	474.031	730.114	761.139
NÃO CIRCULANTE											
Contas a receber	4.i	5.777	4.948	31.674	21.846	NÃO CIRCULANTE		476.922	261.645	481.473	317.259
Contas a receber - Financiamentos PRODZ	4.ii	-	-	36.383	29.508	Financiamentos	14	253.901	194.230	253.901	194.230
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	259.277	248.657	259.277	248.657	Financiamentos - FINAME fabricante	15	498	397	498	451
Partes relacionadas	9	90.966	83.217	-	-	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	397	13	5.465	5.871
Impostos e contribuições a recuperar	10	50.461	65.593	50.467	65.599	Outras contas a pagar					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	16.252	14.730	25.852	23.288	Partes relacionadas	9	21.151	32.700	-	-
Depósitos judiciais	16	19.549	12.131	19.549	12.131	Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	8	28.882	12.431	-	-
Outros créditos		14.037	10.319	14.551	8.739	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	38.731	38.660
								781.751	501.416	780.068	556.471
								1.208.680	975.447	1.510.182	1.317.610
Investimentos em controladas	8	359.613	333.296	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	12	464.443	412.911	546.493	497.420	Capital social	19	988.470	988.470	988.470	988.470
Propriedade para investimento	11	13.500	13.500	13.854	14.283	Reserva de lucros		168.589	150.565	168.589	150.565
Intangível	13	139	337	45.913	49.086	Ajuste de avaliação patrimonial		89.571	87.710	89.571	87.710
								1.246.630	1.226.745	1.246.630	1.226.745
TOTAL DO ATIVO		2.455.310	2.202.192	2.759.061	2.546.623	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				2.249	2.268
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.246.630	1.226.745	1.248.879	1.229.013
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.455.310	2.202.192	2.759.061	2.546.623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	23	915.149	911.773	1.326.712	1.220.011
Custo dos produtos e serviços vendidos	24	(670.937)	(650.903)	(956.305)	(864.795)
Lucro bruto		244.212	260.870	370.407	355.216
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24	(75.209)	(70.047)	(135.088)	(118.493)
Gerais e administrativas	24	(52.150)	(56.612)	(109.143)	(106.700)
Pesquisa e desenvolvimento	24	(33.514)	(31.074)	(33.514)	(31.074)
Participação e honorários da Administração	8	(16.541)	(14.258)	(16.801)	(14.500)
Resultado de participações societárias	7	22.447	18.128	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	3.955	2.166	17.562	28.171
		(151.012)	(151.697)	(276.984)	(242.596)
Lucro operacional		93.200	109.173	93.423	112.620
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	25	29.256	22.668	41.851	30.113
Despesas financeiras	25	(22.163)	(18.651)	(28.124)	(25.599)
Variação cambial, líquida		712	4.389	518	4.186
		7.805	8.406	14.245	8.700
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		101.005	117.579	107.668	121.320
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	16	(15.892)	(3.696)	(21.498)	(6.356)
Diferido	16	(17.414)	(5.566)	(24.690)	(11.947)
	16	1.522	1.870	3.192	5.591
Lucro líquido do exercício					
Resultado líquido das Operações Continuadas		85.113	113.883	86.170	114.964
Resultado líquido das Operações Descontinuadas		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		85.113	113.883	86.170	114.964
Atribuível à					
Participação dos acionistas controladores				85.113	113.883
Participação dos acionistas não controladores				1.057	1.081
				86.170	114.964
Lucro básico por ação em reais - R\$	17	0,91	1,22	0,92	1,23

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	85.113	113.883	86.170	114.964
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício				
Efeito de conversão de moeda estrangeira	1.861	18.287	1.861	18.287
Lucro líquido abrangente do exercício	86.974	132.170	88.031	133.251
Atribuível à				
Participação dos acionistas da controladora			86.974	132.170
Participação dos acionistas não controladores			1.057	1.081
			88.031	133.251

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota Explicativa	Capital social	Atribuído à participação dos controladores						Participação dos acionistas não controladores	Total		
		Retenção	Legal	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro líquido do exercício	Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	904.772	103.125	92.191	195.316	69.423	-	1.169.511	1.832	1.171.343		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	113.883	113.883	1.081	114.964		
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	18.287	-	18.287	-	18.287		
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	18.287	113.883	132.170	1.081	133.251		
Aumento de capital	17	83.698	(83.698)	-	(83.698)	-	-	-	-		
Juros sobre o capital próprio	18	-	-	-	-	(74.939)	(74.936)	-	(74.936)		
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(645)	(645)		
Transferência entre reservas	-	33.253	5.694	38.947	-	(38.947)	-	-	-		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	83.698	(50.445)	5.694	(44.751)	(113.883)	(74.936)	(645)	(75.581)		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	988.470	52.680	97.885	150.565	87.710	-	1.226.745	2.268	1.229.013		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	988.470	52.680	97.885	150.565	87.710	-	1.226.745	2.268	1.229.013		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	85.113	85.113	1057	86.170		
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	1.861	-	1.861	-	1.861		
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	1.861	85.113	86.974	1.057	88.031		
Juros sobre o capital próprio	18	-	-	-	-	(67.089)	(67.089)	-	(67.089)		
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(1.076)	(1.076)		
Transferência entre reservas	-	13.768	4.256	18.024	-	(18.024)	-	-	-		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	13.768	4.256	18.024	-	(85.113)	(67.089)	(1.076)	(68.165)		
Saldo em 31 de dezembro de 2025	988.470	66.448	102.141	168.589	89.571	-	1.246.630	2.249	1.248.879		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ROMI S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.058.938	1.052.084	1.471.449	1.360.496
Receitas relativas à construção de ativos próprios		126.278	122.399	126.278	122.399
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa		3.426	(8.114)	3.829	(6.719)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.954	2.166	17.562	28.171
		<u>1.192.596</u>	<u>1.168.535</u>	<u>1.619.118</u>	<u>1.504.347</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais consumidos		(678.424)	(639.414)	(858.177)	(717.887)
Outros custos de produtos e serviços prestados		(49.790)	(49.310)	(56.370)	(50.777)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas		(71.225)	(49.359)	(115.562)	(116.081)
		<u>(799.439)</u>	<u>(738.083)</u>	<u>(1.030.109)</u>	<u>(884.745)</u>
Valor adicionado bruto					
Depreciação e amortização	12-13	393.157	430.452	589.009	619.602
		<u>(57.585)</u>	<u>(47.930)</u>	<u>(70.086)</u>	<u>(60.613)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>335.572</u>	<u>382.522</u>	<u>518.923</u>	<u>558.989</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de participações societárias	8	22.447	18.128	-	-
Receitas financeiras e variação cambial, líquidas		<u>29.968</u>	<u>27.057</u>	<u>42.369</u>	<u>34.299</u>
		<u>387.987</u>	<u>427.707</u>	<u>561.292</u>	<u>593.288</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração Direta		180.348	183.442	340.559	331.878
FGTS		12.375	11.070	12.395	11.070
Comissões sobre vendas		5.099	16.204	5.099	16.866
Participações e honorários da Administração		16.541	14.258	16.801	14.500
Benefícios (Planos de previdência privada aberta complementar)		1.600	1.722	1.600	1.722
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		58.169	56.166	60.282	60.891
Estaduais		57.444	49.904	59.393	54.629
Municipais		24	5.177	24	5.177
Juros		701	1.085	865	1.085
Aluguéis		22.163	18.651	28.124	25.599
Dividendos e Juros sobre o capital próprio declarados		6.579	12.311	12.395	17.524
Participação dos acionistas não controladores		67.089	74.936	67.089	74.936
Lucros retidos		-	-	(1.076)	(645)
		<u>18.024</u>	<u>38.947</u>	<u>18.024</u>	<u>38.947</u>
Valor adicionado distribuído		<u>387.987</u>	<u>427.707</u>	<u>561.292</u>	<u>593.288</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		101.005	117.579	107.668	121.320
Ajustes de:					
Resultado financeiro e variação cambial, não realizadas		7.405	(23.704)	(12.272)	36.071
Depreciação e amortização	12, 13	57.585	47.930	70.086	60.613
Constituição (reversão) para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	5, 6	(3.426)	8.114	(3.829)	6.719
Constituição (reversão) para realização dos estoques	7	484	(1.964)	3.577	(742)
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	12, 13	61.904	(38.756)	64.420	(36.759)
Resultado de participações societárias	9	(22.447)	(18.128)	-	-
Constituição de provisão para passivos eventuais	16	115	857	1.772	911
Variação nos ativos e passivos operacionais					
Duplicatas a receber		3.115	40.738	(52.052)	41.521
Partes relacionadas (ativo e passivo)		(877)	(42.287)	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante		(5.612)	(27.369)	(5.612)	(27.369)
Estoques		(21.257)	(35.533)	(4.496)	(106.999)
Impostos e contribuições a recuperar		11.963	(11.383)	12.548	(13.260)
Depósitos judiciais		-	19	-	19
Outros créditos		(1.631)	11.098	(5.967)	14.010
Fornecedores		(23.308)	30.662	(26.415)	22.652
Salários e encargos sociais		480	(2.093)	1.253	(969)
Impostos e contribuições a recolher		(11.566)	(3.809)	(15.126)	(297)
Adiantamentos de clientes		(4.162)	4.186	37.715	77.447
Outras contas a pagar		(7.524)	41.578	9.184	14.317
Caixa gerado pelas operações		142.246	97.735	182.454	209.205
Imposto de renda e contribuição social, pagos sobre o lucro		(1.970)	(3.125)	(4.215)	(5.217)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		140.276	94.610	178.239	203.988
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	4	(49.023)	(50.164)	(91)	(67.410)
Aquisição de imobilizado	12	(176.945)	(148.773)	(185.982)	(154.750)
Aquisição de intangível	13	(8)	-	(23)	(26)
Receita na venda de imobilizado	12	6.130	90.471	14.634	90.471
Dividendos recebidos	9	14.442	8.676	-	-
Aumento de capital em controlada	8	-	(49.249)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(205.404)	(149.039)	(171.462)	(131.715)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	18	(55.953)	(57.384)	(57.029)	(58.029)
Novos empréstimos e financiamentos		292.575	170.219	292.575	188.382
Pagamentos de financiamentos		(62.180)	(139.562)	(120.438)	(215.396)
Juros pagos		(27.856)	(15.294)	(28.155)	(17.052)
Novos financiamentos - FINAME fabricante		217.818	195.986	217.818	195.986
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante		(174.014)	(168.991)	(174.014)	(168.991)
Juros pagos ao fim do período - Finame Fabricante		(23.746)	(27.728)	(23.746)	(27.728)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		166.644	(42.754)	107.011	(102.828)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		101.516	(97.183)	113.788	(30.555)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		119.073	216.256	262.220	282.418
Ganhos cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior		-	-	526	10.357
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		220.589	119.073	376.534	262.220

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A ROMI S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente "Companhia" ou "Consolidado"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, tem por objeto a indústria e o comércio e locação de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, incorporação imobiliária via suas controladas no Brasil, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros.

O parque industrial da Companhia é formado por treze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade voltada para a produção de máquinas-ferramenta de alta precisão. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.

2 BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretation Committee (SIC® Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinadas instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na especificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como o valor líquido a realizar nos estoques mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração ("Diretoria") da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis materiais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.20.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(d) Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 8 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 2.2.

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.3 Investimentos em empresas controladas - Consolidação**(a) Controladora**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeito de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.12).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

(b) Consolidado

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 8 - Investimento em controladas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo.

2.4 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.5 Outros aspectos associados a divulgação**(a) Reforma Tributária sobre o consumo**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Companhia não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados nos curto e médio prazos, considerando os estudos e monitoramentos realizados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Impactos de tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos**

Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como agronegócio, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridades e impacto imediato nas empresas exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos.

A Administração da Companhia avaliou os potenciais impactos decorrentes de eventuais tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos sobre a importação de produtos de origem brasileira. Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Companhia e de suas controladas.

Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa**i) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

ii) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de instituições com baixo risco de crédito, apresentando rentabilidade predominantemente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros**(a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.18 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, seus fluxos de caixa devem representar apenas pagamentos do principal e de juros. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em “Receitas (despesas) financeiras” juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele deve ser mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em “Receitas (despesas) financeiras”. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em “Receitas (despesas) financeiras” e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Receitas (despesas) financeiras, no período em que ocorrerem.”

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

(b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Contas a receber - Financiamentos PRODZ, Valores a receber - repasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esses ativos financeiros estão registrados na rubrica de Outros créditos.

(e) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na Nota 4.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(g) Classificação**

Os ativos financeiros são reconhecidos no ativo circulantes se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, caso contrário estão apresentados no ativo não circulante.

(i) Passivos financeiros**(a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, compreendendo, Empréstimos e financiamentos, Financiamentos - FINAME fabricante, Fornecedores, Participações a pagar, Dividendos e juros sobre o capital próprio e parcela do saldo da rubrica de Outras contas a pagar.. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, financiamentos - FINAME fabricante, partes relacionadas e dividendos e juros sobre capital próprio.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(c) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Para mais informações, vide notas 14 e 15.

(d) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(f) Classificação

Os passivos financeiros são reconhecidos no passivo circulantes se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, caso contrário estão apresentados no passivo não circulante.

2.8 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.8.1 Estoque de Máquinas de locação destinadas a venda

São classificados como "Estoque de Máquinas de locação destinadas a venda", no ativo circulante, as máquinas cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo por meio da atividade de locação. Essa condição é considerada atendida quando: (i) as máquinas estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda das máquinas desativadas do imobilizado; (iii) as máquinas são efetivamente colocadas à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As máquinas retornadas de locação desativadas são apresentadas pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor realizável líquido, que contempla o custo de aquisição mais gastos capitalizáveis decorrentes da reforma, líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "Estoque de Máquinas de locação destinadas a venda".

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 12.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 11. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.11 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 13).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica “pesquisa e desenvolvimento”, já que os critérios de reconhecimento de intangível não são atingidos.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial “pro rata die”, a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.15 Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 19).

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, conforme Nota 18, somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

(a) Venda de produtos

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Contraprestação variável**

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/produtividade.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

(iii) Componente de financiamento

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47/IFRS 15, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida.

O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo.

(b) Venda de lotes (próprios)

A Companhia por meio de sua subsidiária integral Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio") é uma entidade de incorporação de empreendimentos imobiliários, criada com o objetivo de realizar empreendimentos imobiliários em imóveis próprios da Companhia, tendo em vista que o seu patrimônio imobiliário de ativos é considerado propriedades para investimentos e/ou estoque.

A Companhia reconhece suas receitas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A receita proveniente da venda de terrenos é reconhecida quando o controle do ativo é transferido ao comprador, o que ocorre no momento em que são atendidas as condições contratuais de transferência da posse e dos riscos e benefícios significativos da propriedade, usualmente com a lavratura da escritura definitiva ou conforme estabelecido em contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a venda de um terreno para uma empresa destinada à realização de empreendimento imobiliário. O contrato de compra e venda estabelece uma única obrigação de desempenho, correspondente à transferência do terreno, não havendo obrigações adicionais relacionadas à construção, desenvolvimento ou participação no empreendimento, como resultado desta transação foi reconhecido o montante de R\$ 12.106 na rubrica de "Outras receitas líquidas".

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(d) Receita de locação de máquinas

A receita de locação de máquinas é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel e são reconhecidas na rubrica de receitas operacionais.

(e) Receita de venda de Máquinas de locação destinadas a venda

A receita da venda de "Máquinas de locação destinadas a venda" é uma atividade complementar da atividade de locação de máquinas. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerente a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, e o valor da receita possa ser mensurados de maneira confiável. Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.19 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

2.20 Aplicação de julgamentos e políticas contábeis materiais na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.
- (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10).
- (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.8.
- (d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.7 (f).
- (e) Realização do imposto de renda deferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias de contribuição social (Nota 2.14).
- (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

2.21 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 22).

2.22 Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03 (R2) / IAS 7.

2.23 ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

O ICPC 22/ IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

2.24 Adoção das CPCs/IFRSs novas e revisadas

2.24.1 CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

2.24.2 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e despreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 10 de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/ períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:**

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:**

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação**

Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras a Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos em conta corrente	10.101	19.254	103.189	126.231
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	210.205	99.647	273.062	135.817
Outros	283	172	283	172
Total de caixa e equivalente de caixa	220.589	119.073	376.534	262.220
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (b)	28.984	50.230	29.298	99.476
Certificado de depósito bancário (c)	70.269	-	70.269	-
Total de títulos mantidos para negociação	99.253	50.230	99.567	99.476

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com vencimento em até 90 dias.

(b) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com vencimento acima de 90 dias.

(c) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com vencimento acima de 90 dias.

As aplicações financeiras são remuneradas por taxa média de 100,57% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (101,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



4 CONTAS A RECEBER E CONTAS A RECEBER – FINANCIAMENTOS PRODZ

(i) CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Clientes no país (Brasil)	84.211	92.948	89.330	99.145
Clientes no exterior	14.075	21.725	129.196	120.631
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(4.773)	(6.227)	(8.137)	(9.993)
Circulante	93.513	108.446	210.389	209.783
Clientes no país (Brasil)	2.321	2.897	24.944	17.934
Clientes no exterior	6.875	5.173	10.149	7.034
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(3.419)	(3.122)	(3.419)	(3.122)
Não circulante	5.777	4.948	31.674	21.846

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Valores a vencer	78.967	84.478	180.343	175.669
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	6.211	12.716	15.551	18.734
De 31 a 60 dias	338	1.933	2.379	2.950
De 61 a 90 dias	437	342	684	1.096
De 91 a 180 dias	2.192	2.197	4.344	3.856
De 181 a 360 dias	2.613	4.546	3.058	4.839
Mais de 360 dias	7.530	8.461	12.167	12.632
	19.319	30.195	38.183	44.107
Total	98.286	114.673	218.526	219.776
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(4.773)	(6.227)	(8.137)	(9.993)
Total circulante	93.513	108.446	210.389	209.783

	31.12.2025	
	Controladora	Consolidado
Valores a vencer:		
2027	6.211	30.841
2028	2.512	3.475
2029 e após	473	777
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(3.419)	(3.419)
Total - não circulante	5.777	31.674

Os saldos acima estão líquidos do Ajuste a Valor Presente que são descontados a taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) no valor de R\$1.593 (R\$1.244 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2024	
	Controladora	Consolidado
Valores a vencer:		
2026	5.451	19.178
2027	2.619	5.539
2028 e após	-	251
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(3.122)	(3.122)
Total - não circulante	4.948	21.846

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro 2023	5.532	8.892
Créditos reconhecidos (baixados/utilizados) no exercício	7.174	8.019
Créditos baixados definitivamente da posição	(3.357)	(5.563)
Variação cambial	-	1.767
Saldo em 31 de dezembro 2024	9.349	13.115
Créditos reconhecidos (baixados/utilizados) no exercício	(1.157)	(1.772)
Variação cambial	-	213
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.192	11.556

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

(ii) CONTAS A RECEBER – FINANCIAMENTOS PRODZ

A ProdZ Administração e Gestão de Bens Ltda ("ProdZ") é um braço financeiro da Companhia que realiza atividades de concessão de linhas de crédito para financiamento de máquinas aos clientes, a fim de fomentar novos negócios.

A movimentação dos saldos de contas a receber dessa entidade estão demonstrados abaixo:

	PRODZ	
	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	67.129	51.476
Clientes no país	67.416	52.093
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(287)	(617)
Não Circulante	36.383	29.508
Clientes no país	36.388	29.542
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(4)	(34)

Os saldos do contas a receber dos financiamentos PRODZ no ativo circulante em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão distribuídos conforme segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Valores a vencer	62.443	48.453
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	887	797

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



De 31 a 60 dias	907	544
De 61 a 90 dias	-	289
De 91 a 180 dias	813	734
De 181 a 360 dias	1.032	812
Mais de 360 dias	1.334	463
	4.973	3.640
Total	67.416	52.092
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(287)	(617)
Total circulante	67.129	51.476

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, da PRODZ, está distribuído conforme segue:

	PRODZ	
	31.12.2025	31.12.2024
Valores a vencer:		
2027	28.166	22.054
2028	7.808	6.136
2029 e após	413	1.352
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(4)	(34)
Total - não circulante	36.383	29.508

5 VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
FINAME a vencer	162.056	160.390
FINAME aguardando liberação (a)	180	2.898
FINAME em atraso (b)	18.179	22.187
Circulante	180.415	185.475
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(5.637)	(7.958)
	174.778	177.517
FINAME a vencer	257.817	230.296
FINAME aguardando liberação (a)	5.497	22.348
Não circulante	263.314	252.644
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(4.038)	(3.987)
	259.277	248.657
TOTAL	434.055	426.174

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados.

FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo às condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento.

Adicionalmente, consideram-se para definição das condições de financiamento as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda, e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente.

A diferença entre os valores a receber – repasse FINAME Fabricante – é representada por:

(a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente.

(b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra estimativa de perda para eventual não realização desse saldo no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos em que a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber.

Além disso, o saldo de R\$ 15 refere-se à juros a incorrer sobre títulos renegociados, credora no ativo (R\$ 12.336 em 31 de dezembro de 2024.).

As máquinas apreendidas como parte do processo de execução são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de “Outros créditos”, aguardando a decisão final da justiça, quando então são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$2.715 (R\$592 em 31 de dezembro de 2024) no ativo circulante, e R\$13.156 (R\$9.190 em 31 de dezembro de 2024) no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os valores a receber - repasse FINAME fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo circulante, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Valores a vencer		162.236	163.288
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	2.128	2.359	
De 31 a 60 dias	1.324	1.629	
De 61 a 90 dias	876	1.140	
De 91 a 180 dias	1.750	3.256	
De 181 a 360 dias	1.954	4.854	
Mais de 360 dias	10.146	8.948	
	18.179	22.187	
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(5.637)	(7.958)	
Total - Circulante	174.778	177.517	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, conforme abaixo:

	Consolidado e Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Valores a vencer:			
2026		-	126.573
2027		123.070	77.852
2028		88.155	40.955
2029 e após		52.090	7.264
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa		(4.038)	(3.987)
Total - não circulante		259.277	248.657

A movimentação das estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.894
Créditos reconhecidos (baixados/utilizados) no exercício	4.051
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.945
Créditos reconhecidos (baixados/utilizados) no exercício	(2.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.675

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

6 ESTOQUES

7

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Produtos acabados	54.700	39.660	100.100	107.652
Máquinas usadas	1.200	1.365	1.200	1.365
Produtos em elaboração	144.237	144.976	243.259	249.994
Matéria prima e componentes	268.906	274.952	335.447	333.963
Importações em andamento	9.983	17.255	16.502	22.570
Total	479.026	478.208	696.508	715.544

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2025, estão líquidos das perdas para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização, nos montantes de R\$28.829 e R\$44.774 (R\$24.940 e R\$39.585 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2024	25.687	34.210
Estoques vendidos ou baixados	(11.794)	(11.886)
Perdas reconhecidas	9.830	11.144
Variação cambial	-	4.900
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	1.217	1.217
Saldo em 31 dezembro de 2024	24.940	39.585
Estoques vendidos ou baixados	(10.874)	(10.983)
Perdas reconhecidas	11.358	7.406
Variação cambial	-	5.361
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	3.405	3.405
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.829	44.774

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado		
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Produtos acabados	2.111	1.774	2.644	2.125
Máquinas usadas	1.140	691	1.140	691
Produtos em elaboração	7.195	5.630	7.195	5.630
Matéria prima e componentes	18.383	16.845	33.795	31.139
Total	28.829	24.940	44.774	39.585

8 ESTOQUE DE MÁQUINAS DE LOCAÇÃO DESTINADAS A VENDA

A Companhia possui "Máquinas de locação destinadas a venda" no montante de R\$42.942 em 31 de dezembro de 2025 (R\$22.987 em 31 de dezembro de 2024), classificados no ativo circulante, referente as máquinas retornadas de locação.

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2024	24.910
Máquinas retornadas de locação	38.525
Incorporação de reformas	10.456
Venda de máquinas retornadas de locação	(50.904)
Saldo em 1º janeiro de 2025	22.987
Máquinas retornadas de locação	56.260
Incorporação de reformas	10.896
Venda de máquinas retornadas de locação	(47.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	42.942

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



9 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

		31.12.2025			Percentual de participação		
		Direta	Indireta	Não Controladores	Direta	Indireta	Não Controladores
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
1.1	Romi Machines UK Ltd.	-	100,00	-	-	100,00	-
1.2	Romi France SAS	-	100,00	-	-	100,00	-
1.3	Romi Máquinas España S.A.	-	100,00	-	-	100,00	-
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100,00	-	-	100,00	-	-
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	-	100,00	-	-	100,00	-
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shangai) Co., Ltd	-	100,00	-	-	100,00	-
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")	93,07	-	6,93	93,07	-	6,93
4.	Romi BW Machine Tools, Ltd.	100,00	-	-	100,00	-	-
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários LTDA. ("Rominor Empreendimentos")	100,00	-	-	100,00	-	-
6.	Irsa Maquinas México S. de R. L. de C.V.	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01
7.	Prodz Administração e Gestão de Bens Ltda	100,00	-	-	100,00	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controlada	País	Objetivo principal
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	
1.1	Romi Machines UK Ltd.	Inglaterra	
1.2	Romi France SAS	França	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
1.3	Romi Máquinas España S.A.	Espanha	
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	Alemanha	Produção e comercialização de centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shanghai) Co., Ltd	China	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	Brasil	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.
4.	Romi BW Machine Tools, Ltd.	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	Participação em empreendimentos imobiliários.
6.	Irsa Maquinas México S. de R. L. de C.V.	México	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
7.	Prodz Administração e Gestão de Bens Ltda	Brasil	Atividades de concessão de linhas de crédito para financiamentos de máquinas aos clientes e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2025							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	IRSA Máq. México (7)	Prodz (8)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78.000	1.188.000		
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	66.548	294.967	26.107	79.716	80.824	20.809	84.020	
Ativo não circulante	12.619	129.753	11.126	1.096	-	2.186	57.535	
Passivo circulante	77.759	294.896	3.931	75.521	2.269	31.902	729	
Passivo não circulante	20.689	23.682	845	1.409	-	694	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	(19.281)	106.142	32.457	3.882	78.555	(9.601)	140.826	
Resultado do Exercício	(15.461)	(4.085)	14.191	2.149	11.782	(1.292)	15.163	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2024	(3.073)	108.535	30.459	1.866	66.773	(9.358)	125.663	320.865
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(747)	1.692	-	(133)	-	1.049	-	1.861
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(14.442)	-	-	-	-	(14.442)
Resultado de participações societárias	(15.461)	(4.085)	14.191	2.149	11.782	(1.292)	15.163	22.447
Valor patrimonial equivalente - saldo final	(19.281)	106.142	30.208	3.882	78.555	(9.601)	140.826	330.731
Investimento em controladas	-	106.142	30.208	3.882	78.555	-	140.826	359.613
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	(19.281)	-	-	-	-	(9.601)	-	(28.882)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações.

(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Comércio, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de fevereiro de 2025 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária em 11 de março de 2025 foi autorizada a distribuição de lucros no exercício de 2024. A Companhia recebeu dessa distribuição no primeiro trimestre de 2025 o montante de R\$ 10.895. Adicionalmente, a Companhia recebeu distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$3.547 a ser submetida para aprovação na AGO – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026 totalizando o montante de R\$ 14.442.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2024							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	IRSA Máq. México (7)	Prodz (8)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78.000	1.188.000		
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	82.423	312.707	36.786	91.254	66.958	28.161	64.057	
Ativo não circulante	10.798	129.925	300	3.035	-	2.491	62.207	
Passivo circulante	63.309	236.013	4.359	83.192	130	33.239	601	
Passivo não circulante	32.985	98.083	-	9.231	54	6.771	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	(3.073)	108.535	32.727	1.866	66.773	(9.358)	125.663	
Resultado do exercício	(4.964)	(9.208)	14.527	(46)	10.631	(2.804)	9.992	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2023	1.584	98.658	24.608	1.276	56.142	(4.813)	66.422	243.877
Variação cambial sobre investimentos no exterior	307	19.085	-	636	-	(1.741)	-	18.287
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(8.676)	-	-	-	-	(8.676)
Resultado de participações societárias	(4.964)	(9.208)	14.527	(46)	10.631	(2.804)	9.992	18.128
Aumento / Diminuição de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	49.249	49.249
Valor patrimonial equivalente - saldo final	(3.073)	108.535	30.459	1.866	66.773	(9.358)	125.663	320.865
Investimento em controladas	-	108.535	30.459	1.866	66.773	-	125.663	333.296
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	(3.073)	-	-	-	-	(9.358)	-	(12.431)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações.

(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Comércio, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de janeiro de 2024 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária em 12 de março de 2024 foi autorizada a distribuição de lucros no exercício de 2023. A Companhia recebeu dessa distribuição no primeiro trimestre de 2024 o montante de R\$5.041. Adicionalmente, a Companhia recebeu distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$3.632 a ser submetida para aprovação na AGO – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025 totalizando o montante de R\$8.676.

(c) Aumento de capital na subsidiária PRODZ, até 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$49.249 havia sido integralizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes.

(i) SALDOS PATRIMONIAIS – CONTROLADORA

	CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CONTROLADAS DIRETAS				
Romi Europa	18.080	15.048	200	244
Romi Itália	2.182	6.663	-	-
Romi BW Machine Tools	9.820	14.529	213	59
Irsa Máquinas México	22.338	20.923	17	12
Rominor Comercio	3.548	3.632	-	-
Prodz	-	-	33.082	41.429
	55.968	60.795	33.512	41.744
CONTROLADAS INDIRETAS				
B+W - Burkhardt+Weber	14.851	19.491	335	130
Romi France S.A.S.	14.927	11.091	-	-
Romi Máquinas España S.A.	12.951	10.452	-	-
Romi Machines UK	16.865	9.115	13	4
	59.594	50.149	348	134
Total	115.562	110.945	33.860	41.878
Circulante	24.596	27.728	12.709	9.178
Não Circulante	90.966	83.217	21.151	32.700
Total	115.562	110.945	33.860	41.878

(ii) TRANSAÇÕES

	Receita de venda de produtos		Resultado operacional e financeiro	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Romi Europa				
Rominor Comércio	4.646	6.468	505	636
Rominor Empreendimentos	51	48	-	-
Romi Itália	36	26	-	-
Romi BW Machine Tools	7.615	4.702	-	-
Romi France S.A.S.	5.457	8.450	874	781
Romi Machines UK	6.132	5.641	-	17
Irsa Máquinas México	9.108	5.047	124	61
B+W - Burkhardt + Weber	5.186	4.477	45	92
Romi Máquinas España	12.189	9.513	-	-
Prodz	2.905	973	-	-
	84	80	-	-
TOTAL	53.410	45.425	1.548	1.587

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, seguindo os termos e condições acordados entre elas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração.

A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita acumulada até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$159 (R\$156 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pela Promotoria de Justiça. As doações acumuladas até 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$1.265 (R\$1.204 em 31 de dezembro de 2024).

As remunerações do pessoal chave da Companhia, que são os administradores, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são como seguem:

	31.12.2025	31.12.2024
Honorários e encargos	11.047	8.451
Participação nos resultados	4.602	4.989
Plano de previdência privada	470	428
Assistência médica	422	390
CONTROLADORA	16.541	14.258
Honorários e encargos das empresas controladas	260	242
CONSOLIDADO	16.801	14.500

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de março de 2025.

11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os impostos e as contribuições a recuperar estão representadas a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		
IRRF	1.820	538
IPI	2.595	3.794
ICMS	6.024	3.704
PIS	332	127
COFINS	1.529	585
TOTAL CONTROLADORA	12.300	8.748
Impostos a recuperar de subsidiárias	9.521	9.861
TOTAL CONSOLIDADO	21.821	18.609
NÃO CIRCULANTE		
IRPJ CS a recuperar (Processo Selic) (a)	47.204	62.792
ICMS	3.232	2.777
OUTROS	25	24
TOTAL CONTROLADORA	50.461	65.593
Impostos a recuperar de subsidiárias	6	6
TOTAL CONSOLIDADO	50.467	65.599

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de indébitos tributários – Processo Selic.

Em 20 de março de 2019, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança na qual busca a recuperação de tributos que julga ter pago indevidamente nos últimos cinco anos, em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros de mora na restituição e ressarcimento de créditos tributários.

Tal matéria foi submetida ao rito de repercussão geral em 24 de setembro de 2021, onde ao julgar o recurso extraordinário número 1.063.187, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros na restituição e ressarcimento de créditos tributários, conforme transcrito a seguir: *“É inconstitucional a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes a taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário”*.

A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo dois principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; e (ii) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro seria o pronunciamento mais aplicável a essa situação em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro.

Tal pronunciamento requer que a Companhia avalie se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma ação judicial com rito de repercussão geral, aplicada a todos os demais processos que venham a ser julgados, o histórico recente de modulações do STF e a Companhia possuir ação judicial ajuizada antes da referida decisão judicial do STF, a Administração concluiu que é mais provável do que não que a Companhia possui o direito sobre este crédito na data de aprovação e emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021 e, esta conclusão está de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos. Dessa forma, foram reconhecidos, no período findo em 30 de setembro de 2021, o crédito tributário relativo ao indébito tributários e as variações monetárias ativas relacionadas aos depósitos judiciais realizados.

Os efeitos dos reconhecimentos representaram os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados do terceiro trimestre de 2021: (i) receitas financeiras: R\$2,1 milhões; e (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente: R\$42,9 milhões.

A ação judicial continuou tramitando, houve reconhecimento do direito de compensação quanto aos indébitos tributários, porém não em relação às variações monetárias ativas vinculadas aos depósitos judiciais realizados. Em razão disso, a ROMI interpôs diversos recursos, considerando que o tema era objeto de discussão no STJ (Tema 504) e, posteriormente, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.813, ajuizada em abril de 2025 pela Confederação Nacional de Saúde, cujo objeto também se relacionava às variações monetárias ativas incidentes sobre depósitos judiciais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a decisão proferida em novembro de 2025, que negou seguimento à ADI nº 7.813, e diante da remota possibilidade de reversão, ainda que mediante a interposição dos recursos cabíveis, bem como considerando a fase processual em que se encontra a ação promovida pela Companhia, concluiu-se pela ausência de base jurídica suficiente para manutenção do crédito tributário associado aos depósitos judiciais.

Assim, diante da ausência de fundamentação para discussão do tema na esfera judicial, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, decidiu, no 4º trimestre de 2025, despreconhecer o crédito tributário relativo aos depósitos judiciais que havia sido reconhecido em 30 de setembro de 2021.

Os efeitos do despreconhecimento representaram os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados do quarto trimestre de 2025: (i) despesas financeiras: R\$ 6,8 milhões; e (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente: R\$13,3 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, do saldo da rubrica "Impostos e contribuições a recuperar" no não circulante, R\$ 47.204 são referentes a este processo (R\$62.792 em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, do saldo da rubrica de Impostos e contribuições a recuperar no não circulante, R\$ 66.926 são referentes a este processo (R\$62.792 em 31 de dezembro de 2024).

12 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Em 2012, a Administração da Companhia decidiu, com base nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazo, classificar parte das propriedades na rubrica de "Propriedade para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedade para investimento são de R\$13.500 (R\$13.500 – em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$13.854 (R\$14.283 – em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo a Companhia contratou avaliador independente, que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, o qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$110.661 (R\$110.661 – em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$114.318 (R\$114.318 – em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

Em abril de 2022, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos") houve o lançamento do loteamento fechado Vila Romi Residence. Atualmente, o empreendimento encontra-se em fase final, e na posição de 31 de dezembro de 2025, possui sete terrenos disponíveis para venda, e não sendo esperados impactos significativos decorrentes do referido empreendimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 25 de julho de 2024, por meio de sua subsidiária Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. “Rominor Comércio”, celebrou a venda de imóvel com terceiros, cujo objeto foram os terrenos localizados na (i) Rua Papa Pio XII, com área total de 3.368 m² em Santa Bárbara d’Oeste e (ii) o prédio industrial localizado na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1250 contendo 1.142,97 m² de área construída e edificado sobre o terreno (i). O resultado da venda no terceiro trimestre de 2024 foi classificado na linha de “Outras receitas operacionais, líquidas”, com impacto de R\$10.000 no resultado operacional e de R\$9.636 no lucro líquido, sendo que o pagamento foi recebido em sua totalidade no ato da assinatura da escritura.

Em setembro de 2025, por intermédio da controlada Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. (“Rominor Comércio”), em parceria com a CPR4 Santa Bárbara do Oeste Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., foi realizado o lançamento do empreendimento imobiliário denominado Condomínio Adara Residence, localizado na Rua Duque de Caixas em Santa Bárbara d’Oeste/SP.

A operação estabelece a venda do terreno, com valor mínimo de venda, sendo devido à Rominor Comércio o percentual de 12,5% sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) esperado. O montante correspondente foi reconhecido no quarto trimestre de 2025 nas rubricas “Outras receitas líquidas” e “Contas a receber”, totalizando R\$ 12.106. O efeito líquido no resultado do exercício foi de R\$ 11.711.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



13 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	CONTROLADORA TOTAL
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2024	3.997	218.601	534.131	13.091	4.579	37.100	22.826	834.325
Adições	-	1.418	45.973	644	1.013	538	99.187	148.773
Baixas	-	-	(66.187)	(59)	(158)	(196)	-	(66.600)
Transferências para Estoque de máq. De Locação destinadas a venda			(22.987)	-	-	-	-	(22.987)
Transferências	-	1.960	101.300	-	-	-	(103.260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.997	221.979	592.230	13.676	5.434	37.442	18.753	893.511
Adições	-	171	47.012	1.108	770	1.197	126.687	176.945
Baixas	-	-	(64.152)	(5)	-	(9)	-	(64.166)
Transferências para Estoque de máq. De Locação destinadas a venda	-	-	(19.955)	-	-	-	-	(19.955)
Transferências	-	504	109.470	-	-	-	(109.974)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.997	222.654	664.605	14.779	6.204	38.630	35.466	986.335
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	135.693	265.637	8.822	4.050	33.656	-	447.858
Depreciação (i)	-	6.401	39.041	591	237	1.357	-	47.627
Baixas	-	-	(14.474)	(59)	(157)	(195)	-	(14.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	142.094	290.204	9.354	4.130	34.818	-	480.600
Depreciação (i)	-	6.480	48.385	624	682	1.208	-	57.379
Baixas	-	-	(16.076)	(5)	-	(6)	-	(16.087)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	148.574	322.513	9.973	4.812	36.020	-	521.892
Vidas úteis		25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos		
Imobilizado líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2024	3.997	82.908	268.494	4.269	529	3.444	22.826	386.467
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.997	79.885	302.026	4.322	1.304	2.624	18.753	412.911
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.997	74.080	342.092	4.806	1.392	2.610	35.466	464.443

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



								CONSOLIDADO
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	TOTAL
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2024	29.464	277.331	574.299	33.005	15.348	37.186	28.085	994.718
Adições	-	3.475	45.951	2.241	4.499	1.346	97.238	154.750
Baixas	-	(2.245)	(66.187)	(59)	(158)	(196)	-	(68.845)
Transferências para Estoque de máq. De Locação destinadas a venda	-	-	(22.987)	-	-	-	-	(22.987)
Transferências	-	1.960	101.300	-	-	-	(103.260)	(0)
Variação cambial	5.167	9.893	4.645	959	(2.702)	(360)	1.000	18.602
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.631	290.414	637.021	36.146	16.987	37.976	23.063	1.076.238
Adições	-	162	48.888	2.599	1.236	958	132.139	185.982
Baixas	-	-	(64.887)	(396)	(66)	(9)	(1.020)	(66.378)
Transferências para Estoque de máq. De Locação destinadas a venda	-	-	(19.955)	-	-	-	-	(19.955)
Transferências	-	504	109.454	1	(5)	-	(109.954)	-
Variação cambial	36	(240)	25	40	265	2	(10)	118
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.667	290.840	710.546	38.390	18.417	38.927	44.218	1.176.005
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	161.085	310.758	24.665	10.966	32.565	-	540.039
Depreciação (ii)	-	9.062	41.716	2.500	874	1.737	-	55.889
Baixas	-	-	(14.723)	(59)	(157)	(195)	-	(15.134)
Variação cambial	-	(194)	(1.549)	(180)	(20)	(33)	-	(1.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	169.953	336.202	26.926	11.663	34.074	-	578.818
Depreciação (ii)	-	12.815	48.665	1.253	2.971	1.201	-	66.905
Baixas	-	-	(16.076)	(5)	(125)	(6)	-	(16.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	182.768	368.791	28.174	14.509	35.269	-	629.511
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	-
Imobilizado líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2024	29.464	116.246	263.541	8.340	4.382	4.621	28.085	454.679
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.631	120.461	300.819	9.220	5.324	3.902	23.063	497.420
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.667	108.072	341.755	10.216	3.908	3.658	44.218	546.493

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$57.379 (2024 - R\$47.627) referente à despesa de depreciação, R\$53.982 (2024 - R\$44.430) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$1.438 (2024 - R\$1.065) em "Despesas com vendas", R\$1.325 (2024 - R\$1.538) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$634 (2024 - R\$594) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora.

O montante de R\$66.905 (2024 - R\$55.889) referente à despesa de depreciação, R\$54.578 (2024 - R\$44.493) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$2.016 (2024 - R\$1.627) em "Despesas com vendas", R\$9.707 (2024 - R\$9.219) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$604 (2024 - R\$550) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado.

Imobilizado gravado em garantia

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES, o montante de R\$58.534 em 31 de dezembro de 2025 (R\$60.603 em 31 de dezembro de 2024) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, edificações, instalações, máquinas e equipamentos.

Máquinas alocadas no negócio de locação de máquinas

As máquinas de fabricação própria da Companhia alocadas no negócio de locação de máquinas, uma solução lançada no terceiro trimestre de 2020, representaram o montante de R\$112.919 de investimentos em 2025 (R\$113.387 em 2024), e R\$26.017 de depreciação (R\$18.336 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação do saldo deste tipo de máquinas é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2024	107.422
Adições	113.387
Depreciação	(18.336)
Máquinas retornadas de locação	(38.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	163.948
Adições	112.919
Depreciação	(26.017)
Máquinas retornadas de locação	(56.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	194.590

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impairment

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 22) e concluiu que:

- i) Máquinas Romi: Não há nenhum indicativo de que levasse à necessidade de teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e, consequentemente, constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.
- ii) Máquinas Burkhardt + Weber: Vide considerações na NE 13 (i).
- iii) Fundidos e usinados: Tendo em vista o desempenho econômico da unidade geradora de caixa realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração entendeu que havia, naquela data, indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. A Administração da Companhia preparou um laudo de avaliação, com apoio de empresa especializada, a fim de obter o valor justo líquido de despesa de venda do ativo imobilizado deste segmento e comparou com o valor contábil, conforme valor contábil descrito na nota 22.

Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo líquido de despesa de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados do mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados junto ao mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a determinação do valor unitário básico de mercado, foi realizado um levantamento junto ao mercado imobiliário local e pessoas afins, comparando-se este com outros semelhantes, em oferta ou transacionados, tomando-se o cuidado de considerar as características específicas do imóvel em questão.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontraram durante as vistorias técnicas.

Para a determinação do valor da edificação consideramos os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

A Administração da Companhia concluiu que o ativo imobilizado permanece recuperável e, não há necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados deste segmento em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



14 INTANGÍVEL

A movimentação do intangível, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO				
	Tecnologia	Outros	Total	Tecnologia	Relacionamento com o cliente	Marca	Outros	Total
Custo bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2024	563	6.790	7.353	35.766	26.017	31.283	8.033	101.099
Adições	-	-	-	26	-	-	-	26
Variação cambial	-	-	-	4.728	2.160	2.254	281	9.423
Saldo em 31 de dezembro de 2024	563	6.790	7.353	40.520	28.177	33.537	8.314	110.548
Adições	8	-	8	23	-	-	-	23
Variação cambial	-	-	-	136	50	(202)	-	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	571	6.790	7.361	40.679	28.227	33.335	8.314	110.554
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2024	328	6.385	6.713	34.488	14.229	-	8.020	56.737
Amortização	9	294	303	2.553	1.876	-	294	4.723
Saldo em 31 de dezembro de 2024	337	6.679	7.016	37.041	16.105	-	8.314	61.460
Amortização	206	-	206	1.649	1.532	-	-	3.181
Saldo em 31 de dezembro de 2025	543	6.679	7.222	38.690	17.637	-	8.314	64.641
Vidas úteis	5 anos	5 anos		5 a 20 anos	20 anos	Indefinida	5 anos	
Intangível líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2024	235	405	640	1.278	11.788	31.283	13	44.362
Saldo em 31 de dezembro de 2024	226	111	337	3.477	12.072	33.537	-	49.086
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28	111	139	1.988	10.590	33.335	-	45.913

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações da B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH) através de sua Controlada direta Romi Europa GmbH. Diante disso, na data da compra foi efetuada a mensuração e alocação do preço de compra, com as seguintes naturezas e características:

(a) tecnologia: Refere-se ao "know-how" dos produtos e processos que são tecnologicamente viáveis, os quais garantem vantagens competitivas em relação à qualidade e eficiência do produto, com depreciação de 5 a 20 anos;

(b) carteira de clientes: Referem-se aos pedidos de compra de clientes em aberto na data da aquisição, já totalmente depreciada.

(c) relacionamento com o cliente: Refere-se aos direitos contratuais decorrentes de: (i) histórico de relacionamento com os clientes; (ii) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro, com depreciação de 20 anos.

(d) marca: refere-se aos direitos de uso da marca B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme), que está relacionada a produtos de alta tecnologia, sem prazo definido de amortização.

O montante de R\$206 (2024 - R\$303) referente à despesa de amortização, R\$9 (2023 - R\$11) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$154 (2024 - R\$138) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$43 (2024 - R\$154) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora.

O montante de R\$3.181 (2024 - R\$4.724) referente à despesa de amortização, R\$37 (2024 - R\$11) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$2.829 (2024 - R\$4.420) em "Despesas com vendas", R\$200 (2024 - R\$138) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$115 (2024 - R\$155) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 22), por meio de teste de redução ao valor recuperável, e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

i) Teste de redução ao valor recuperável para intangível de vida útil indefinida

A Companhia realiza anualmente por ocasião do encerramento de suas demonstrações financeiras (ou quando eventos e circunstâncias adversas ocorrem), o teste de redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, com o objetivo de avaliar se houve eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar perdas no seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A base para apuração do valor recuperável dos ativos adotada pela Companhia é o valor em uso. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso e efetuadas para um período de dez anos. A administração julgou apropriada a utilização desse prazo com base em sua experiência passada na elaboração de projeções de fluxo de caixa futuro e, principalmente, devido ao fato de o retorno na indústria de bens de capital ser superior a cinco anos.

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- a) Crescimento da receita e consequentemente do fluxo de caixa futuro: é baseada em projeções macroeconômicas disponíveis. Pelo fato de o segmento de bens de capital possuir alta imprevisibilidade em relação ao comportamento do volume de vendas, também se observou o histórico de cada grupo de receita (máquinas, peças e serviços e *retrofits*). A Companhia, diante das volatilidades normais da economia global e da alta imprevisibilidade dessa atividade econômica, adotou para fins de cálculo um CAGR (Compound Growth Annual Rate) de 0,8%. Importante ressaltar que as informações e declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas, as quais têm como base estimativas e suposições da Administração e informações a que a companhia, atualmente, tem acesso. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho, pois envolvem riscos, incertezas e suposições, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não, tendo em vista que muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da ROMI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- b) Margens brutas e despesas operacionais e financeiras: A Companhia manteve na projeção do fluxo de caixa futuro o semelhante ao observado no passado recente. O valor do OPEX representava 17,4% da receita no ano 1 e 20,3% no ano 10.
- c) Taxa de desconto: O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) sendo equivalente a taxa antes dos impostos de 10,1%.

Por fim, a Companhia empregou análises de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõem a Unidade Geradora de Caixa (UGC) Máquinas Burkhardt+Weber e, como resultado dessa análise e da aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do intangível da marca, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta UGC.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



15 FINANCIAMENTOS

A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

Modalidade	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia	Total
	2025	2024	2025	2024					
PROJETO FINEP (a)	21.184	275	125.158	146.018	jun-2030	Mensal	TR + 3,30 a.a.	Fiança bancária	146.342
Financiamento à Exportação (NCE) (b)	6.864	1.513	27.509	35.355	mar-2026 a ago-2026	Parcela única	Juros de 5,7% a.a.	Aval Rominor Empreendimentos e Rominor Comércio	34.373
Financiamento à Exportação (NCE) (c)	24.832	53	91.141	49.255	set-2026 a dez-2027	Parcela única	Juros de 3,949% a.a a 4,07% a.a	Aval Rominor Empreendimentos	115.972
Financiamento à Exportação (NCE)	-	12.945	-	-	mar-2025	Parcela única	Juros de 2,03% a.a	-	-
BNDES Exportação	9.963	-	17.606	-	abr-2028	Mensal	Juros de 4,8678% a.a.	Covenants	27.569
BNDES Brasil Soberano Crédito Emergencial - Giro Diversificação (g)	381	-	200.000	-	dez-2030	Mensal	Juros de 3,53% a.a	Covenants	200.381
EXPORT ACC (d)	-	37.159	-	-	jan-2025 a mar-2025	Parcela única	Juros de 4,63% a.a a 4,68% a.a	Aval Rominor Comércio	-
BNDES Exportação Linha 4.0	15.707	15.734	15.508	31.017	dez-2027	Mensal	Taxa Selic + 0,75% a.a. (252 dias)	Covenants	31.215
CONTROLADORA	78.930	67.679	476.922	261.645					555.852
B+W-Financiamento construção centro de tecnologia e administração (e)	1.792	2.276	895	2.673	jun-2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)	2.688
B+W-Itaú Loan Agreement (e)	22.638	45.041	-	22.520	mar-2025 a jun-2026	Parcela única	Juros de 5,15% a.a a 5,70% a.a	Aval Romi S.A.	
BNDES EXIM PÓS MODALIDADE SUPPLIER CREDIT (f)	26.450	32.152	3.655	30.421	set-2027	Semestral	Juros de 1,231415% a.a a 3,3661% a.a	Aval Romi S.A.	30.105
CONSOLIDADO	129.809	147.148	481.473	317.259					588.644

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(a) Em maio de 2023, foi contratada pela Companhia junto à Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") a Linha de Financiamento "Inovação para Competitividade", para projetos de inovação de produtos e processos da Companhia, com as seguintes características: valor de até R\$146.018, com liberações anuais, sendo a primeira liberação de até R\$84.000 e a segunda de até R\$62.018; custo financeiro da TR, acrescido de "Spread Finep" de 3,3% a.a. e Taxa de Inspeção e Vigilância de 0,99%; Garantia através de fiança bancária; Prazo total de 84 meses, sendo 36 meses de carência para vencimento da primeira parcela e prazo de 48 meses para pagamento do principal, a contar da assinatura do contrato da operação a ser celebrado entre a Companhia e a FINEP. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

(b) Em 12 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., no valor de até US\$6 milhões, com prazo de até 2 anos e taxa efetiva de até 5,7% ao ano (equivalente a taxa nominal de 5,79% ao ano).

(c) Em 10 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovaram a contratação de Financiamento no âmbito do Programa BNDES "Mais Inovação – Aquisição de Bens Inovadores", com a finalidade de propiciar financiamento aos clientes da Companhia para aquisição de seus produtos, no valor total de R\$100.000, índice de correção TR (Taxa de Referência) acrescido de Spread do BNDES, tendo como garantia a hipoteca sobre os imóveis de propriedade da Companhia objeto das matrículas nº34.310 e 69.544, registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara d'Oeste, SP, conforme os termos e condições aprovados pelo Comitê de Crédito e Operações do BNDES na Dec. CCOP nº 183/2024 – BNDES e nº 52/2024 – FINAME, ambas de 12/11/2024.

(d) Em 12 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira Banco do Brasil S.A., no valor de até €5 milhões, com prazo de até 1 ano e taxa efetiva de até 4,7% ao ano, prestação com aval da subsidiária Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A..

(e) Em junho de 2023, a subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W") firmou contrato de financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. (Nassau Branch) no valor de €3,5 milhões (equivalente ao montante atual de R\$18.910), pelo prazo de 3 anos, com garantia através de aval da Companhia. O financiamento tem juros fixos de 5,7% ao ano são devidos trimestralmente. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Em setembro de 2024, a subsidiária Burkhardt Weber Fertigungssysteme GMBH "B+W" firmou contrato de financiamento junto ao Itaú BBA Europe, S.A. (Luxembourg Branch) no valor de €3 milhões, pelo prazo de seis meses, com garantia através do aval da Companhia. O financiamento tem custos financeiros de 5,15%; em outubro de 2024, a subsidiária Burkhardt Weber Fertigungssysteme GMBH "B+W" firmou contrato de financiamento junto ao Itaú BBA Europe, S.A. (Luxembourg Branch) no valor de €4 milhões, pelo prazo de até um ano, com garantia através do aval da Companhia. O financiamento tem custos financeiros de até 5,25 a.a%.

(f) Em 29 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade *Supplier Credit*), objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação para suas subsidiárias, nos termos das Decisões CCOP_06/2022 –

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



FINAME e CCOp_20/2022 – BNDES, nos valores equivalentes a até (i) US\$ 8.000 ao custo financeiro da taxa LIBOR fixada em 2,2661% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, e (ii) €10.000 ao custo financeiro proveniente da "Euro Area Yield Curve" fixado em 0,131415% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, ambos com (a) prazo de 4 anos, com pagamento semestrais e vencimento da primeira parcela de principal no 12º mês a contar da data do embarque ou consolidação de embarques, e (b) garantia fidejussória pela Companhia, para a totalidade da dívida, por meio de endosso (ou cessão de crédito), com direito de regresso em favor do BNDES ou FINAME, conforme aplicáveis, nos títulos de crédito representativos do pagamento das exportações.

(g) Em 04 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação Financiamento no âmbito do Programa BNDES "Brasil Soberano Crédito Emergencial – Giro Diversificação", com a finalidade apoiar o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação, valor de até R\$200 milhões, com prazo até 31 de dezembro de 2030 e taxa de 3,53% a.a..

Essa captação aplica-se aos *covenants* de Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75, a ser calculado ao fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2026; Restrição à distribuição de lucros acumulados durante 2025-2027, respeitadas as disposições do artigo 45, alíneas a e b e parágrafo único do Estatuto Social da Companhia que permite que, no exercício em que atendido o disposto no Estatuto com relação à destinação dos lucros, ainda houver saldo de lucro, este seja distribuído como dividendo, respeitando as disposições legais e demais disposições estatutárias aplicáveis; Obrigação de manter ou ampliar o nível de empregos conforme critérios definidos no contrato.

	Controladora			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2023	212.429	69.368	281.797	212.429	180.942	393.371
Novas captações	62.121	108.098	170.219	62.066	126.316	188.382
Pagamento do principal	(70.856)	(68.706)	(139.562)	(70.856)	(144.540)	(215.396)
Pagamentos de juros	(13.765)	(1.529)	(15.294)	(13.765)	(3.287)	(17.052)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	-	15.921	15.921	-	63.455	63.455
Juros no final do exercício	13.037	3.206	16.243	13.037	3.566	16.604
Variação crédito rotativo (líquido)	-	-	-	-	35.043	35.043
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2024	202.966	126.358	329.324	202.911	261.496	464.407
Novas captações	200.000	92.575	292.575	200.000	92.575	292.575
Pagamento do principal	(15.508)	(46.671)	(62.180)	(15.508)	(59.435)	(74.943)
Pagamentos de juros	(22.732)	(5.124)	(27.856)	(22.732)	(5.424)	(28.155)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	-	4.813	4.813	-	(17.383)	(17.383)
Juros no final do exercício	13.197	5.978	19.176	13.197	7.080	20.277
Variação crédito rotativo (líquido)	-	-	-	-	(45.495)	(45.495)
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025	377.923	177.929	555.852	377.868	233.414	611.282
Circulante	37.257	41.673	78.930	37.257	92.552	129.809
Não circulante	340.666	136.256	476.922	340.666	140.807	481.473
	377.923	177.929	555.852	377.923	233.359	611.282

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora	Consolidado
2027	233.122	233.122
2028	90.160	94.710
2029	85.760	85.760
2030 e após	67.880	67.881
Total	476.922	481.473

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

A Companhia, em conformidade com suas necessidades financeiras, recorre com frequência a financiamentos tanto de bancos privados quanto públicos. Entre os financiamentos com contratos vigentes, as linhas contratadas junto ao BNDES são as que possuem cláusulas contratuais, conforme descrito a seguir:

- (i) Em 28 de abril de 2020, foi autorizada a contratação pela Companhia junto ao BNDES da Linha de Financiamento Exim Pré-embarque;
- (ii) Em 29 de março de 2022, foi contratada a Linha de Financiamento BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade *Supplier Credit*);
- (iii) Em dezembro de 2022, foi contratada a Linha de Financiamento BNDES Exim Pré-embarque para bens credenciados 4.0;
- (iv) Em 04 de dezembro de 2025, foi autorizada a contratação Financiamento BNDES "Brasil Soberano Crédito Emergencial – Giro Diversificação".

Nos quatro contratos firmados, foram estabelecidas cláusulas contratuais que impõem a constituição dos seguintes *covenants*: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado (Dívida Líquida / EBITDA) deverá ser menor ou igual a 3,75, apurado com base no resultado consolidado acumulado nos últimos 12 meses, a partir da última Demonstração Financeira Padronizada ou da última Informação Trimestral.

No contrato firmado em 2025 há previsão dos seguintes *covenants*: (i) Restrição à distribuição de lucros acumulados durante 2025-2027, respeitadas as disposições do artigo 45, alíneas a e b e parágrafo único do Estatuto Social da Companhia que permite que, no exercício em que atendido o disposto no Estatuto com relação à destinação dos lucros, ainda houver saldo de lucro, este seja distribuído como dividendo, respeitando as disposições legais e demais disposições estatutárias aplicáveis; (ii) Obrigação de manter ou ampliar o nível de empregos, conforme critérios definidos no contrato.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas dos contratos nos quais é parte.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



16 FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

**Controladora e
Consolidado**

Saldo dos financiamentos FINAME

Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2023	391.810
Novas captações	195.986
Pagamento do principal	(168.991)
Pagamento de juros	(27.947)
Juros no final do exercício	219
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2024	391.077
Novas captações	217.818
Pagamento do principal	(174.014)
Pagamento de juros	(23.746)
Juros no final do exercício	(951)
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025	410.184
Circulante	
FINAME Fabricante	156.283
Não Circulante	
FINAME Fabricante	253.901
	410.184

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação.

Os saldos da rubrica "Financiamentos - FINAME fabricante" e, consequentemente os da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$23.871 em 31 de dezembro de 2025 (R\$35.097 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, além de montante de perdas para créditos de liquidação duvidosa já registrados, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.

Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2027	116.070
2028	85.989
2029	39.470
2030 e após	12.372
Total	253.901

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



17 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais	143	150	143	150
Cíveis	3.070	2.743	4.780	2.797
Trabalhistas	5.232	3.425	5.232	3.425
Total	8.445	6.318	10.155	6.372
Passivo circulante	7.947	5.921	9.657	5.921
Passivo não circulante	498	397	498	451
	8.445	6.318	10.155	6.372

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de constitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Utilizações / reversões	Atualização monetária e Variação cambial	31.12.2025
Fiscais	150	-	(7)	-	143
Cíveis	2.743	6	(24)	345	3.070
Trabalhistas	3.426	5.913	(5.773)	1.666	5.232
Total Controladora	6.319	5.919	(5.804)	2.011	8.445
Processo em subsidiárias	54	1.657		-	1.711
Total Consolidado	6.372	7.576	(5.804)	2.011	10.155

Em 31 de dezembro de 2025, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, ou que constituem uma obrigação legal, é como segue:

(a) Processos cíveis

Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

(b) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) diferença de horas extras e reflexos; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional, e (iv) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(c) Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$19.549 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$12.131) de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante, referente a processos remotos ou possíveis cujo valor mais relevante já é divulgado no item (d) acima.

Do montante de R\$19.549, a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$ 10.072, em 31 de agosto de 2021, que atualizados totalizam o valor de R\$ 14.999 em dezembro de 2025, que se refere ao processo de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, embora o trânsito em julgado tenha ocorrido em 21 de fevereiro de 2019, somente em 2 de setembro de 2020, a Receita Federal do Brasil resolveu verificar se os créditos tributários constituídos por meio de DCTF se referiam ao PIS e à COFINS efetivamente apurados sobre o ICMS incluído nas respectivas bases de cálculo. Para tanto foi expedido termos de intimação fiscal solicitando a apresentação de diversos documentos contábeis.

Após análise, a Receita Federal do Brasil entendeu que a Companhia teria considerado, na apuração do PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS destacado nas notas fiscais de saída, operações de venda de mercadorias e serviços que supostamente não teriam composto as bases de cálculo das referidas contribuições. Com isso, concluiu que parte dos créditos tributários de PIS e COFINS declarados nas DCTF vinculadas ao mandado de segurança, não corresponderiam efetivamente ao valor do ICMS destacado nas notas e assim foi expedida carta cobrança para pagamento desses valores.

Após análise detalhada dessa cobrança, a Companhia entendeu que a Receita Federal do Brasil cometeu diversos equívocos na sua apuração do PIS e COFINS, assim para discutir o tema judicialmente através de uma Ação Anulatória, fez-se necessário garantir o Juízo através do depósito judicial do valor discutido.

Em 31 de dezembro de 2022, conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, este processo foi classificado como perda possível.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das demonstrações financeiras.

(d) Processos classificados como perda possível ativos e passivos

As causas classificadas como de risco possível de natureza fiscal, cível e trabalhista discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. A variação mais relevante se refere à dois processos tributários que deixaram de ser possíveis e passaram a ser remotos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza fiscal, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais		
Glosa de créditos PIS e COFINS	15.239	15.156
Crédito de contribuição previdenciária s/ pagamento de lucro aos Administradores	-	4.186
Saldo negativo IRPJ e CSLL	2.968	3.080
Glosa de créditos IPI	-	6.686
Crédito de ICMS	-	178
Auto de Infração relacionado ao adicional de Contribuição para o Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho. ("GILRAT")	2.266	-
Exclusão do crédito prêmio do IPI da base de cálculo do IRPJ e CSLL	2	-
Cíveis		
Perdas e danos	17.563	15.591
Trabalhistas	4.865	3.599
Total Controladora e Consolidado	42.903	137.771

Dos processos fiscais passivos cujo a administração avalia que haja tratamento tributário incerto:

- (i) Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP ano calendário 2019: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2019, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados.

Conforme informado por nossos assessores jurídicos o prognóstico de perda alterado de "possível" para "remoto" em 2025, tendo em vista que a dedutibilidade dos JCP pagos com base em lucros de exercícios anteriores é reconhecida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: (i) Recurso Especial (REsp) n. 1.086.752; (ii) REsp n. 1.955.120; (iii) REsp n. 1.946.363; (iv) Agravo em Recurso Especial (AREsp) n. 1.790.130; (v) REsp n. 1.941.263; (vi) n. REsp 1.944.892; e (vii) REsp n. 1.978.515. Observamos que o prognóstico de perda do contencioso administrativo é possível, mas ao considerar a possibilidade de recorrer dessa decisão ao Judiciário, e os precedentes acima citados, o efetivo risco de desembolso de recursos econômicos no futuro é remoto.

A exigibilidade do crédito tributário discutido e que atualizado perfaz o montante de R\$21.352, permanecerá suspensa enquanto pender de julgamento o recurso administrativo interposto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(ii) Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP ano calendário 2020: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2020, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados.

Conforme informado por nossos assessores jurídicos o prognóstico de perda alterado de "possível" para "remoto" em 2025, tendo em vista que a dedutibilidade dos JCP pagos com base em lucros de exercícios anteriores é reconhecida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: (i) Recurso Especial (REsp) n. 1.086.752; (ii) REsp n. 1.955.120; (iii) REsp n. 1.946.363; (iv) Agravo em Recurso Especial (AREsp) n. 1.790.130; (v) REsp n. 1.941.263; (vi) n. REsp 1.944.892; e (vii) REsp n. 1.978.515. Observamos que o prognóstico de perda do contencioso administrativo é possível, mas ao considerar a possibilidade de recorrer dessa decisão ao Judiciário, e os precedentes acima citados, o efetivo risco de desembolso de recursos econômicos no futuro é remoto.

A exigibilidade do crédito tributário discutido e que atualizado perfaz o montante de R\$76.073, permanecerá suspensa enquanto pender de julgamento o recurso administrativo interposto.

A administração da Companhia entende que é mais provável que as autoridades fiscais aceitem essa tratativa do que não.

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio, Rominor Empreendimentos e PRODZ, para as quais o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido. As subsidiárias fora do Brasil seguem os regimes tributários locais.

A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.005	117.579	107.668	121.320
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(34.342)	(39.977)	(36.607)	(41.249)
Juros sobre o capital próprio	22.808	25.478	22.808	25.478
Variação monetária Processo Selic	(487)	1.678	(487)	1.678
Reversão Processo Selic (Nota 10)	(13.366)	-	(13.366)	-
Pesquisa e desenvolvimento ("Lei do Bem" - Lei nº11.196/05	4.439	4.172	4.439	4.172
Equivalência patrimonial	7.632	6.164	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	(6.201)	(3.405)
Participação de Administradores	(1.877)	(1.696)	(1.877)	(1.696)
Diferença de alíquota e/ou regime tributário	-	-	10.476	8.500
Outras adições (exclusões), líquidas	(699)	485	(683)	166
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(15.892)	(3.696)	(21.498)	(6.356)
Correntes	(17.414)	(5.566)	(24.690)	(11.947)
Diferidos	1.522	1.870	3.192	5.591
Total	(15.892)	(3.696)	(21.498)	(6.356)
Alíquota efetiva (Imposto de Renda e Contribuição Social)	16%	3%	20%	5%

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refletem, principalmente, as diferenças entre as bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social calculadas pelos regimes do lucro real e do lucro presumido. Tais diferenças decorrem do fato de as controladas Rominor Comércio, Rominor Empreendimentos e PRODZ serem optantes pelo regime do lucro presumido nos exercícios apresentados.

Adicionalmente, os valores refletem a não constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior, com exceção da BW, para a qual foram reconhecidos créditos fiscais diferidos, conforme avaliação da Administração quanto à probabilidade de realização.

Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Correntes	(17.414)	(5.567)	(24.690)	(11.947)
Diferidos	1.522	1.871	3.192	5.591
Total	(15.892)	(3.696)	(21.498)	(6.356)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2025				2024			
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoques – provisão para realização	28.829	7.194	2.595	9.789	24.940	6.222	2.245	8.467
Reintegração de máquinas	9.586	2.392	863	3.255	4.078	1.017	367	1.384
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	880	-	79	79
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.420	354	128	482	1.035	258	93	351
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	8.445	2.107	760	2.867	6.318	1.539	555	2.094
Comissões condicionadas	646	161	58	219	1.042	260	94	354
Participação dos administradores	5.522	-	497	497	4.787	-	431	431
Outras diferenças ativas temporárias	934	461	84	545	8.609	2.185	787	2.972
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor	(4.563)	(1.024)	(378)	(1.402)	(4.563)	(1.024)	(378)	(1.402)
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora	50.819	11.645	4.607	16.252	47.126	10.457	4.273	14.730
Prejuízo fiscal				11.215				10.597
Impostos diferidos - Vila Romi				(1.614)				(2.038)
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado				25.851				23.288
Ganho por compra vantajosa ("deságio") na aquisição de controlada (ii)	17.201	-	17.201		17.111	-	17.111	
Mais valia apurado na aquisição Burkhardt + Weber (B+W) (ii)	20.685	-	20.685		21.549	-	21.549	
Impostos diferidos - Terreno Duque de Caixa 210 - Empreend. Adara				845				-
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	37.886	-	38.731		38.660	-	38.660	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.

(ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referem-se substancialmente ao deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor Comércio, da Romi Itália e Burkhardt + Weber (B+W), como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento.

A movimentação dos tributos diferidos ativos e passivos, controladora e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é como segue:

	Ativo		Passivo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.860	17.492	-	33.097
Movimentações do exercício				
Adições	3.181	5.845	-	-
Realização	(1.311)	(2.931)	-	(2.677)
Variação cambial	-	2.882	-	8.240
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.730	23.288	-	38.660
Movimentações do exercício				
Adições	4.799	5.841	-	-
Realização	(3.277)	(3.277)	-	(628)
Variação cambial	-	-	-	699
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.252	25.852	-	38.731

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$988.470 (R\$988.470 em 31 de dezembro de 2024) é representado por 93.170.747 ações ordinárias (93.170.747 em 31 de dezembro de 2024) nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Em 26 de março de 2024, foi aprovado o aumento do Capital Social no valor de R\$83.698, mediante a capitalização da reserva de lucros da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 7º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia com bonificação de ações.

A bonificação em ações foi realizada à razão de 5% (cinco por cento), o aumento de capital foi efetivado com a emissão de 4.436.702 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 20 (vinte) ações existentes.

Reserva de lucros

a) Reserva legal

O saldo da rubrica “Reserva Legal”, tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio (“JCP”)

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	85.113	113.883
(-) Constituição de reserva Legal	(4.256)	(5.694)
Lucro passível de distribuição	80.857	108.189
Dividendos obrigatórios	(20.214)	(27.047)
Dividendos excedente já distribuídos	(46.875)	(47.889)
Dividendos total distribuídos	(67.089)	(74.936)
Constituição de reserva de lucros	13.768	33.253

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio (“JCP”) no montante de R\$67.089, conforme comunicados ao mercado nas datas listadas abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Em 11 de março de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, no montante de R\$16.774, sendo 0,18 por ação, cujo pagamento foi realizado em 12 de junho de 2025.
2. Em 10 de junho de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, no montante de R\$16.772, sendo 0,18 por ação, cujo pagamento foi realizado em 23 de outubro de 2025.
3. Em 16 de setembro de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, no montante de R\$16.772, sendo 0,18 por ação, cujo pagamento será realizado em 10 de abril de 2026.
4. Em 23 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, no montante de R\$16.771, sendo 0,18 por ação, cujo pagamento será realizado até dia 31 de dezembro de 2026.

O JCP distribuído foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, levando em consideração os efeitos de todos os instrumentos potencialmente conversíveis em ações ordinárias, como opções, bônus de subscrição ou outros instrumentos de capital que possam gerar diluição.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	85.113	113.883
Média ponderada das ações em circulação	93.171	93.171
Lucro básico e diluído por ação	0,91	1,22

No exercício apresentado, o lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais, uma vez que a Companhia não possui instrumentos financeiros ou contratos que possam resultar em efeito diluidor sobre o resultado por ação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, classificado como Contribuição Definida - CD.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$1.616 (R\$1.722 em 31 de dezembro de 2024). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nas rubricas "Custo dos produtos e serviços vendidos", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Pesquisa e Desenvolvimento", em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

21 SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R\$182.171; (ii) máquinas e equipamentos - R\$629.172; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R\$506.725; (iv) obras - R\$15.835; (v) bens em poder de terceiros - R\$188.775; e (vi) outros - R\$1.102.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

(a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado.
- Duplicatas a receber e valores a receber - repasse FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 4 e 5.
- Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 14 e 15.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar estadunidense e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores.

Riscos Tributários: esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação as ações que a companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido.

Risco de crédito: advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos financiamentos são apresentados na Nota 13.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pela rubrica financiamentos:

	2026	2027/2028	2029/2033	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos	133.834	129.483	170.812		434.129
FINAME Fabricante	156.283	116.070	125.459	12.371	410.184
Fornecedores	73.925	-	-	-	73.925
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos	176.839	92.412	257.656		497.544
FINAME Fabricante	196.847	109.760	82.728	1.742	391.077
Fornecedores	110.420	-	-	-	110.420

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(-) Total dos financiamentos	966.036	720.401	1.021.466	855.484
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(220.589)	(118.450)	(376.534)	(261.597)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(99.253)	(50.853)	(99.567)	(100.099)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(434.055)	(426.174)	(434.055)	(426.174)
Dívida (Caixa) líquida	212.139	124.924	111.310	67.614
Total do patrimônio líquido	1.246.630	1.226.745	1.246.630	1.229.013
Total do capital	1.458.769	1.351.669	1.357.940	1.296.627
Índice de alavancagem financeira - %	14,5%	9,2%	8,2%	5,2%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

(i) Variações na moeda estrangeira

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora
Caixa e equivalentes de caixa	5.114
Duplicatas a receber	20.854
Partes relacionadas a receber	112.031
Outros créditos	778
Partes relacionadas a pagar	(443)
Financiamentos	(177.914)
Fornecedores	(11.794)
Outras contas a pagar	(452)
Exposição passiva líquida	(51.826)

A seguir estão demonstrados as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	(55.120)	(68.900)	(82.679)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando a cotação projetada para o ano de 2026, sendo dólar a R\$5,76 e euro a R\$6,42. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações.

(ii) Variações na taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC.

Em 31 de dezembro de 2025, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI/SELIC.

	Controladora	Consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculados ao CDI	239.189	302.360
Total de empréstimos e financiamentos vinculados ao SELIC	(31.215)	(31.215)
Exposição ativa líquida	207.974	271.145

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI/SELIC.

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com os seguintes cenários:

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2026, no valor de 15,0%. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

Exposição ativa ao CDI

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	24.749	30.936	37.123
Consolidado			
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	32.266	48.399	44.976

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

(c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	220.589	118.450	376.534	262.220
Aplicações financeiras	99.253	50.853	99.567	99.476
Duplicatas a receber	99.290	113.394	345.575	312.612
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	434.055	426.174	434.055	426.174
Partes relacionadas	115.562	110.945	-	-
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	27.259	17.000	38.854	27.193
Depósitos judiciais	19.549	12.131	19.549	12.131
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	555.852	329.324	611.282	464.407
Financiamentos - FINAME fabricante	410.184	391.077	410.184	391.077
Fornecedores	60.985	96.700	73.925	110.420
Outras contas a pagar	13.310	14.007	51.946	47.887
Dividendos	28.930	17.817	28.930	17.817
Partes relacionadas	33.860	41.878	-	-

23 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO – CONSOLIDADO

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados.

A Unidade de Negócio Máquinas ROMI, congrega as linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70 e 1.500 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros).

A Unidade de Máquinas Burkhardt + Weber, cujos produtos são fabricados na subsidiária alemã, destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo, defesa, construção e mineração, energia, dentre outros.

A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 ton/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg.

Apesar da unidade de negócio Fundidos e Usinados ter apresentado prejuízo operacional, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, conforme mencionado na NE 12.

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com os segmentos da Companhia:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						31 de dezembro de 2025
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	804.454	345.111	177.147	-	-	1.326.712
Custo dos produtos e serviços vendidos	(414.507)	(272.219)	(269.579)	-	-	(956.305)
Transferências remetidas	3.487	-	70.068	-	(73.555)	-
Transferências recebidas	(70.068)	-	(3.487)	-	73.555	-
Lucro (prejuízo) bruto	323.366	72.892	(25.851)	-	-	370.407
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(94.033)	(34.931)	(6.124)	-	-	(135.088)
Gerais e administrativas	(91.294)	-	(17.849)	-	-	(109.143)
Pesquisa e desenvolvimento	(27.407)	-	(6.107)	-	-	(33.514)
Honorários da Administração	(11.182)	-	(5.619)	-	-	(16.801)
Outras receitas operacionais líquidas	16.534	-	-	1.028	-	17.562
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	115.984	37.961	(61.550)	1.028		93.423
Estoques	447.598	158.706	90.204	-	-	696.508
Depreciação e amortização	46.428	7.062	16.596	-	-	70.086
Imobilizado, líquido	307.664	72.641	166.188	-	-	546.493
Intangível	138	45.774	1	-	-	45.913

	Europa	América Latina	América do Norte	África e Ásia	TOTAL
Receita operacional líquida por região geográfica	187.191	971.852	84.270	83.399	1.326.712

					31 de dezembro de 2024	
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	814.599	234.959	177.529	(7.076)	-	1.220.011
Custo dos produtos e serviços vendidos	(419.262)	(191.105)	(254.428)	-	-	(864.795)
Transferências remetidas	2.532	-	71.033	-	(73.566)	-
Transferências recebidas	(71.033)	-	(2.532)	-	73.566	-
Lucro (prejuízo) bruto	326.836	43.854	(8.398)	(7.076)	-	355.216
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(92.608)	(19.233)	(6.652)	-	-	(118.493)
Gerais e administrativas	(59.325)	(30.447)	(16.928)	-	-	(106.700)
Pesquisa e desenvolvimento	(24.804)	-	(6.270)	-	-	(31.074)
Honorários da Administração	(10.249)	-	(4.251)	-	-	(14.500)
Outras receitas operacionais líquidas	2.112	-	-	26.059	-	28.171
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	141.962	(5.826)	(42.499)	18.983		112.620
Estoques	463.285	169.670	82.589	-	-	715.544
Depreciação e amortização	38.543	7.455	14.615	-	-	60.613
Imobilizado, líquido	275.461	74.956	147.003	-	-	497.420
Intangível	335	48.749	2	-	-	49.086

	Europa	América Latina	América do Norte	África e Ásia	TOTAL
Receita operacional líquida por região geográfica	128.893	922.485	45.782	122.852	1.220.012

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 COMPROMISSOS FUTUROS

A Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica para os próximos três anos, sendo 2026 com a Auren Energia, e para o período que sucede o contrato foi contratada a CTG Brasil, portanto, até 31 de dezembro de 2028, e passa a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

Ano de fornecimento	VALOR
2026	8.669
2027 e após	18.802
	27.471

A Administração da Companhia é da opinião de que esses contratos estão condizentes com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

25 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno	967.174	954.820	991.552	969.189
Mercado externo	91.764	97.264	479.897	391.306
Receita bruta de vendas	1.058.938	1.052.084	1.471.449	1.360.496
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(143.789)	(140.311)	(144.737)	(140.485)
Receita líquida de vendas	915.149	911.773	1.326.712	1.220.011

26 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depreciação e amortização	57.305	47.930	70.086	60.613
Despesas com pessoal	180.192	191.945	337.809	330.176
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	573.370	531.685	798.634	682.802
Frete	27.045	25.649	37.561	33.086
Outras despesas	10.481	25.685	6.761	28.885
Total	848.393	822.894	1.250.851	1.135.562
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	670.979	650.903	956.305	864.795
Despesas com vendas	75.209	70.047	135.088	118.493
Despesas gerais e administrativas	52.150	56.612	109.143	106.700
Pesquisa e desenvolvimento	33.514	31.074	33.514	31.074
Participação e honorários da Administração	16.541	14.258	16.801	14.500
Total	848.393	822.894	1.250.851	1.135.562

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	16.295	15.266	28.905	21.860
Juros de duplicatas a receber	6.696	2.211	6.696	2.211
Resultado financeiro no Êxito em Processo Judicial	5.399	4.935	5.399	4.935
(a) Reversão do ganho Processo Judicial Selic	(6.833)	-	(6.833)	-
Atualização monetária de depósito judicial	7.129	-	7.129	-
Outros	570	256	555	1.107
Total	29.256	22.668	41.851	30.113
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(19.176)	(16.243)	(20.277)	(16.604)
Outras	(2.987)	(2.408)	(7.847)	(8.995)
	(22.163)	(18.651)	(28.124)	(25.599)

- a) Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de indébitos tributários – Processo Selic.

Diante da ausência de fundamentação para discussão do tema na esfera judicial, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, decidiu, no 4º trimestre de 2025, despreconhecer o crédito tributário relativo aos depósitos judiciais que havia sido reconhecido na rubrica de receitas financeiras em 30 de setembro de 2021 (Nota 10).

28 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado da venda de ativos				
Resultado da venda de ativos	3.580	2.746	3.580	2.746
Empreendimento Vila Romi	-	-	1.027	16.059
Venda de terrenos de controladas	-	-	-	10.000
Empreendimento Adara (Nota 11)	-	-	12.581	-
Outros	374	(580)	374	(635)
	3.955	2.166	17.562	28.171

29 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2026 e autorizadas para publicação.

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Controladas: Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio").

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2026, foi autorizada a distribuição de dividendos, referente ao exercício de 2025, no valor de R\$2.859, a ser pago em 02 de março de 2026, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10 de março de 2026.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: AC50A1FD-A1CD-4DC0-812E-46A13EB5895D

Status: Completed

Subject: Romi S.A._DFs 2025_v2.

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 86

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Jeferson Galaverna

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Enveloped Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

jeferson.galaverna@pwc.com

IP Address: 134.238.159.64

Record Tracking

Status: Original

Holder: Jeferson Galaverna

Location: DocuSign

03 February 2026 | 20:33

jeferson.galaverna@pwc.com

Status: Original

Holder: CEDOC Brasil

Location: DocuSign

03 February 2026 | 20:55

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Signer Events

Signature

Timestamp

Diogo Maros de Carvalho


Signed by:
Diogo Maros de Carvalho
5F6DF52C28974E0...

Sent: 03 February 2026 | 20:36

diogo.carvalho@pwc.com

Viewed: 03 February 2026 | 20:55

Sócio

Signed: 03 February 2026 | 20:55

PwC BR

Signature Adoption: Pre-selected Style

Security Level: Email, Account Authentication

Using IP Address: 186.215.152.4

(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Jeferson Galaverna

jeferson.galaverna@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

COPIED

Sent: 03 February 2026 | 20:55

Viewed: 03 February 2026 | 20:55

Signed: 03 February 2026 | 20:55

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events

Status

Timestamps

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	03 February 2026 20:36
Certified Delivered	Security Checked	03 February 2026 20:55
Signing Complete	Security Checked	03 February 2026 20:55
Completed	Security Checked	03 February 2026 20:55

Payment Events	Status	Timestamps